

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONTRATO N.º 006/06

Processo Administrativo nº 05/10/53.375

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Modalidade: Contratação Direta nº 058/2005

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS A ÓRGÃO PÚBLICO, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CAMPINAS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social:							
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS							
CNPJ/MF: Inscrição E			adual:				
51.885.242/0001-40		J					
Endereço:							
Avenida Anchieta- 200							
Cidade:			UF:	CEP:			
Campinas			SP	13015-904			
Telefone:		FAX:					
2116-0738 – 2116-0383 - 21160300							
Nome do Responsável:							
Osmar Costa							
Cargo:	RG:		CPF:				
Secretário Municipal - SMIE	290.79	92	002.058.	002.058.005-30			

CONTRATADA:

001111011712711	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
ECT – Empresa Pública, constituído março de 1969.	a nos termos	do Decr	eto-Lei nº 509, de 20 de		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional São Paulo Interior		CNPJ/MF/DR/SPI: 34.028.316/7101-51			
Endereço:		•			
Praça Dom Pedro II, nº 4-55					
Cidade:		UF:	CEP:		
Bauru		SP	17015-905		
Telefone:	FAX:				
(014)-4009-3648	(014)-4009-3	8647			



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Endereço Eletrônico:				
svat-spi@correios.com.br				
Diretor Regional:				
VITOR APARECIDO CAIVANO JOPPERT				
RG:	CPF:			
4.902.538-SSP/SP	544.408.908-49			
Gerente de Vendas no Varejo:				
VINICIUS GARCIA DA COSTA				
RG:	CPF:			
7.656.333-SSP/SP	026.228.128-76			

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, conforme Processo nº 05/10/53.375, **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT à CONTRATANTE, de serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT, em âmbito nacional.
 - **1.1.1.** É permitida, também, a utilização, no presente contrato, dos serviços a seguir relacionados:
 - a) SEED Serviço Especial de Entrega de Documentos;
 - b) Impresso Especial;
 - c) Porte Pago;
 - d) Carta/Cartão-Resposta e Envelope Encomenda-Resposta;
 - e) Devolução Garantida
 - f) Transmissão de Telegrama Fonado; e
 - g) Encomenda PAC



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1.1.1.1. Para os serviços de Carta e encomenda SEDEX, a partir da quantidade de objetos ajustada entre as partes, poderão ser utilizadas as respectivas chancelas de franqueamento estabelecidas para os serviços citados.

1.2. Para as postagens referentes aos serviços mencionados no subitem 1.1.1. e quando do uso de chancelas de franqueamento, conforme previsto no subitem 1.1.1.1, deve ser observado o plano de triagem definido pela Diretoria Regional, bem como a padronização e normas pertinentes aos serviços mencionados, previamente fornecidos pela **ECT**.

SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1. Informar à **ECT** os seus representantes credenciados para utilizarem os serviços previstos no presente Contrato, para que a mesma possa providenciar a emissão dos Cartões de Postagem.

2.2. Estabelecer, de comum acordo com a **ECT**, as Agências que serão credenciadas para a prestação dos serviços, em âmbito nacional, indicando-as no anexo do presente contrato.

- **2.3.** Especificar em anexo, na hipótese de não serem utilizados todos os serviços oferecidos, aqueles que forem de seu interesse.
- **2.4.** Observar as condições gerais de aceitação de objetos estabelecidos pela **ECT**, quanto a peso, dimensões, endereçamento, com a utilização do CEP e demais normas, previamente informadas pela **ECT**.
- **2.5.** Indicar nos objetos postados conforme mencionado nos subitens 1.1.1. e 1.1.1.1, por meio de impressão gráfica, etiqueta ou através de carimbo, no ângulo superior direito de seu anverso, a respectiva chancela de franqueamento padrão, fornecida pela **ECT** em arquivo eletrônico, contendo as seguintes informações: dados fixos: nome do serviço e



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

marca Correios; campo para os dados variáveis: número e ano de assinatura do contrato, DRs de origem do contrato e nome ou sigla da **CONTRATANTE**.

- **2.5.1**. As Chancelas de Franqueamento previstas no subitem anterior e no 2.9. deverão ser utilizadas, exclusivamente, em objetos distribuídos pela **ECT**, por meio do presente contrato. A não observância implicará no pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor verificado no último faturamento deste contrato, correspondente a cada objeto identificado pela **ECT**, com entrega diferente da prevista, além de sanções previstas na legislação quando da quebra do monopólio postal.
 - **2.5.1.1.** O valor máximo da multa fica estabelecido em 50% da importância do faturamento tomado como base para aplicação da mesma.
- **2.5.2**. Para a postagem de Impressos, em grande quantidade, deve ser utilizado o serviço de Porte Pago ou Impresso Especial. Para o presente contrato, fica dispensada a quantidade mínima de objetos, por postagem, estabelecida para o Porte Pago e o valor mínimo definido para o Impresso especial.
- **2.6.** Apresentar, quando da postagem de objetos e aquisição de produtos postais, o Cartão de Postagem.
- **2.7.** Assinar, quando da utilização dos serviços, o documento previsto para o faturamento.
- **2.8**. Emitir previamente a Nota de Empenho para atender os serviços utilizados, bem como liquidar os débitos em seus respectivos vencimentos.
- **2.9**. Imprimir nos objetos postados por meio dos serviços de Porte Pago, Impresso Normal e Especial, imediatamente abaixo dos respectivos franqueamentos, um triângulo eqüilátero de identificação do serviço de Devolução Garantida, conforme chancela

4



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

fornecida pela **ECT** em arquivo, no caso de haver interesse na devolução do objeto cuja entrega ao destinatário não tenha sido possível.

2.9.1. Neste caso deverão ser indicados, no objeto ou em seu invólucro, em local apropriado, os motivos da não entrega, para anotações por parte do carteiro.

2.10. Manter a ECT informada, através de carta, do endereço para apresentação de faturas.

TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

3.1. Fornecer previamente à **CONTRATANTE** as informações e critérios necessários ao cumprimento da Cláusula Segunda, bem como emitir os Cartões de Postagem aos credenciados pela **CONTRATANTE** a utilizarem os serviços previstos no presente Contrato.

3.2. Estabelecer, de comum acordo com a **CONTRATANTE**, as Agências ou Unidades Operacionais, que serão credenciadas para a prestação dos serviços, bem como orientá-las a respeito. As unidades deverão ser indicadas em anexo.

3.2.1. Poderão ser vinculados: CTC – Centro de Tratamento de Cartas, CTCE – Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas e CEE – Centro de Entrega de Encomendas, a partir da postagem da quantidade de objetos ajustada entre as partes para os seguintes serviços: SEED, Impresso Especial, Porte Pago, Carta Comercial, SEDEX e outros admitidos por este contrato.

3.3. Providenciar junto à **CONTRATANTE** as orientações necessárias quanto à utilização dos serviços.

3.4. Executar os serviços previstos no presente Contrato conforme normas estabelecidas pela **ECT**.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.5. Providenciar, quando da postagem, o preenchimento dos documentos de acordo com o serviço utilizado, para efeito de faturamento, colhendo a assinatura do remetente e distribuir suas vias conforme indicado nos mesmos.

QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

- **4.1**. Preços: a **CONTRATANTE** pagará à **ECT**, mensalmente, os preços e tarifas estabelecidos para cada tipo de serviço utilizado e/ou produtos adquiridos, constantes das respectivas tabelas de preços e tarifas emitidas pela **ECT**, vigentes na data da prestação dos serviços e/ou aquisição de produtos.
- **4.2.** Reajuste: os preços e tarifas dos serviços e produtos serão reajustados nas mesmas datas e segundo os mesmos índices de atualização das respectivas tabelas de preços e tarifas.
 - **4.2.1.** O reajuste a que se refere o subitem 4.2. observará a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados do início de vigência da tabela, conforme data indicada na própria tabela de preços ou de tarifas.
 - **4.2.2.** o prazo estipulado no subitem 4.2.1. pode ser reduzido se o Poder Executivo assim o dispuser.
 - **4.2.3.** A **ECT** deverá informar à **CONTRATANTE** os novos valores dos serviços e produtos sempre que ocorrer atualização em suas tarifas e/ou tabelas.

QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A **ECT** apresentará à **CONTRATANTE**, para efeito de pagamento, as faturas mensais, correspondentes aos serviços prestados, levantados com base nos documentos de postagem mencionados nos subitens 2.7 e 3.5.

6



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- **5.1.1.** Fica convencionado que o vencimento das faturas referentes a este Contrato se dará sempre no dia 14 (catorze) do mês subseqüente ao da prestação dos serviços.
- **5.2.** Qualquer reclamação sobre erros de faturamento deverá ser apresentada pela **CONTRATANTE**, por escrito, e receberá o seguinte tratamento:
 - **5.2.1.** Reclamação apresentada sem o pagamento, admitida somente antes da data do vencimento:
 - a) se for procedente, a **ECT** emitirá nova fatura com o valor correto;
 - b) se for improcedente, a **CONTRATANTE** pagará a fatura mais os acréscimos legais previstos no subitem 7.2., Cláusula Sétima.
- **5.3.** Reclamação apresentada com a fatura paga, se for procedente será efetuada a devida compensação na fatura seguinte, em valores atualizados.

SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, mediante a emissão de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO

7.1. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, para que a parte inadimplente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.1.1. Se o inadimplente apresentar sua defesa, a parte prejudicada se

manifestará sobre esta no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.1.2. Em caso de decisão motivada que não acolha as razões de defesa, a parte

inadimplente deverá regularizar sua situação imediatamente após o recebimento

da comunicação.

7.1.3. A não regularização poderá ensejar a rescisão do Contrato, a critério da

parte prejudicada, sem prejuízo de outras sanções, bem como, no caso de atraso

no pagamento de faturas, a suspensão da prestação do serviço pela ECT, após

transcurso de 90 (noventa) dias.

7.1.3.1. Sobre os valores devidos em decorrência de atraso de pagamento

referenciado no subitem 7.1.3, incidirão a atualização monetária, os juros e

a multa previstos no subitem 7.2.

7.2. Ocorrendo atraso de pagamento, o valor devido deverá ser atualizado

financeiramente, entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo com a

variação pro rata tempore do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo

oficialmente, acrescido de multa de 2% e juros de 0,0333% ao dia sobre o valor

atualizado, e demais cominações legais, independentemente de notificação.

7.2.1. Neste caso, os encargos decorrentes do atraso de pagamento serão

cobrados na fatura do mês subseqüente.

OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

8.1.1. por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal,

8



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

com aviso prévio de, no mínimo, 30(trinta) dias;

- **8.1.2.** por inadimplemento, conforme consta na Cláusula Sétima;
- **8.1.3**. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;
- **8.1.4.** Na hipótese de ocorrer qualquer das situações previstas no bojo do artigo 78 da Lei 8.666/93, obedecido ao disposto no subitem 7.1.;
- **8.2.** Fica assegurado à **ECT** o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à **CONTRATANTE** até a data da rescisão, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **9.1**. Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$40.000,00 (quarenta mil reais).
- **9.2.** A classificação destas despesas se dará sob o n° 2001.15.122.3300.2334.339039.55.00.
- 9.3. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando a CONTRATANTE obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

DÉCIMA - DA APROVAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO

- **10.1.** O presente Contrato terá validade depois de aprovado pelos órgãos competentes da **CONTRATANTE** e da **ECT**.
- **10.2**. A realização de licitação e a prestação de garantia foram dispensadas com base no Artigo 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

- **11.1.** Caberá à **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal.
- **11.2.** A **CONTRATANTE** se compromete a fornecer à Gerência Comercial/de Vendas da ECT uma cópia da publicação acima mencionada.

DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

12.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **13.1.** Qualquer alteração no Cartão de Postagem deve ser comunicada à **ECT** que efetuará a substituição, mediante devolução do anterior.
- **13.2.** A **CONTRATANTE** é a única responsável pelos Cartões de Postagem, respondendo pelos prejuízos causados por sua utilização indevida.
- **13.3**. A **CONTRATANTE** responderá pelo cumprimento das exigências relativas à documentação fiscal, na forma da legislação vigente, bem como por todo e qualquer tributo que possa ou venha a ser exigido, decorrente da natureza dos serviços prestados.
 - **13.3.1**. Imputada à **ECT** tributo de responsabilidade original da **CONTRATANTE** seja pelo instituto da substituição tributária ou por qualquer outro instrumento normativo, caberá àquela o direito regressivo contra esta.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Campinas/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e acordadas, as partes assinam este Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Campinas, 10 de janeiro de 2.006

OSMAR COSTA

Secretário Municipal de Infra-Estrutura

VITOR APARECIDO CAIVANO JOPPERT

Diretor Regional -ECT

VINICIUS GARCIA DA COSTA

Gerente Comercial

TESTEMUNHAS:

VILMA APARECIDA P. SILVA

CPF; 256.817.178-28

MARIA LUZIANOZAKI MOTA

CPF: 120.442.528-05